

Turismo responsável: caminhos possíveis?

Responsible tourism: possible paths?

Cassiana Panissa Gabrielli

Professora da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, Sorocaba/SP, Brasil
E-mail: cassiana.gabrielli@gmail.com

Artigo recebido em: 17-08-2015
Artigo aprovado em: 08-03-2017

RESUMO

O presente artigo foi produzido com o objetivo de discutir as formas como turismo tem se desenvolvido e a importância do planejamento dessa atividade com fins sustentáveis e responsáveis. Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para embasar as ponderações sobre como a atividade se constituiu e como as mudanças sociais ocorridas, especialmente com o advento da tecnologia, tem propiciado novos modos de vivenciar as experiências turísticas e como o mercado tem se comportado no sentido de absorver tais modificações, evidenciando-se o surgimento de formas alternativas de práticas turísticas. No texto são abordados conceitos sobre o turismo, desenvolvimento, pós-modernidade e planejamento, como a finalidade de propor reflexões críticas sobre como o turismo pode vir a ser realmente desenvolvido de modo responsável.

Palavras-chave: Turismo Responsável. Desenvolvimento Turístico. Planejamento.

ABSTRACT

This article was produced in order to discuss the ways in which tourism has been developing and the importance of planning this activity with sustainable and responsible purposes. In this sense, a literature search was conducted to support the reflections about how the activity was constituted and how social changes, especially with the advent of technology has provided new ways of living the tourist experience and how the market has behaved towards driving such modifications, demonstrating the emergence of alternative forms of tourism practices. In the text are discussed concepts on tourism, development, post-modernity and planning, as the purpose to propose critical reflections on how tourism can become a really responsible development activity.

Keywords: Responsible Tourism. Tourism Development. Planning.

1. CONTEXTUALIZANDO O INÍCIO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS MODERNAS

As viagens, como deslocamentos, fazem parte da cultura humana, sendo um importante elemento no desenvolvimento das sociedades ao longo da história. Pois foi através das movimentações pelos territórios que diferentes povos entraram em contato, se fundiram e/ou se disseminaram, e assim cunharam suas identidades culturais e definiram fronteiras físicas, políticas e sociais que são válidas até a atualidade. Porém, como é sabido, as viagens só passam a ser reconhecidamente organizadas, dotadas de regras para sua execução, focadas em atender determinadas demandas, especialmente o lazer, no século XIX. Nesse período foram registrados os primeiros trabalhos com finalidade de proporcionar viagens de lazer para grupos de pessoas que realizariam uma série de atividades (deslocamento, alojamento, alimentação e passeios) concomitantemente.

É nessa época, também, que as sociedades ocidentais estão passando por um de seus marcos mais importantes, a Revolução Industrial. Com a revolução vieram seus desdobramentos, - o êxodo rural e a conseqüente concentração populacional urbana; o desenvolvimento das máquinas a vapor, nesse caso, especialmente, dos meios de transportes como trens e navios; e o surgimento de novas classes sociais formadas pela burguesia e pelo proletariado, entre outros, que são apenas algumas conseqüências mais evidentes a se relacionarem diretamente com o desenvolvimento do turismo.

A aglomeração urbana, geralmente desordenada, resultou em um cenário marcado por barulho, poluição do ar, lixo, tráfego e construções padronizadas que levaram a uma certa rotina existencial, fazendo surgir nas pessoas uma necessidade de evasão, mesmo que temporária, daqueles centros. Ao mesmo tempo, os transportes se modernizavam, a inserção do vapor, nesses meios, fez com que se tornassem não apenas mais rápidos como também mais confortáveis e seguros, além de econômicos.

Já o surgimento da burguesia é carregado de um número expressivo de conseqüências peculiares a esta revolução social. No entanto, atrelando-a ao desenvolvimento do turismo, percebe-se que é por causa do nascimento dessa nova classe que algumas iniciativas em direção ao fomento desta atividade são tomadas. Numa sociedade hierarquizada, onde no cume sempre figurou a nobreza e a aristocracia tradicional, viu-se apontar, próximo ao topo da pirâmide social, uma classe destituída de tradições. Em busca de diferenciações, as quais distinguissem a nobreza desses “novos ricos”, uma das criações foram as viagens a termas e balneários, utilizados, a princípio, apenas para o tratamento de saúde e, posteriormente, para

jogos, descanso e lazer de uma forma geral. Cria-se então a *invenção da distinção* (BOYER, 2003).

Sim, é válido pontuar que ainda no início das atividades que caracterizam o turismo, existiram outras formas de viagens, como o famoso *grand tour* - que eram movimentos de jovens aristocratas europeus que realizavam deslocamentos pelas principais cidades do continente, acompanhados por tutores, a fim de qualificar seus conhecimentos. Ou ainda as viagens de nobres e burgueses para balneários marítimos, que também pontuam, de certo modo, o início do turismo moderno.

Porém, apesar de haver iniciativas de deslocamentos que não eram focados em grandes grupos, organizados mercadologicamente, evidencia-se apenas a distinção social presente nas viagens, que também são perceptíveis no mercado turístico até os dias de hoje. Como aponta Urry (2001, p. 20), “antes, porém, do século XIX, poucas pessoas que não as de classes superiores realizavam viagens para verem objetos, motivadas por razões que não dissessem respeito ao trabalho ou aos negócios”. Ou seja, o desenvolvimento do turismo moderno está vinculado a popularização dessa atividade, à sua vertente “de massa”. Pois, além do surgimento da burguesia, a nova realidade industrial gerou também outra classe social, essa bem mais numerosa e com menos recursos, o proletariado. Apesar de não existir condições propícias para que grande parte dos trabalhadores usufruíssem de seu tempo livre, observa-se que nesse período a distinção entre tempo de trabalho e tempo de ócio, ou de lazer, se torna evidente. Pois, até então, trabalho e vida pessoal se mesclavam nos ofícios desenvolvidos livremente, como lavoura, trabalhos manuais, afazeres domésticos e outros.

Com a posterior inserção de direitos trabalhistas para a nova população urbana, como direito a férias remuneradas, descanso semanal, jornadas de trabalho limitadas, entre outros, além das políticas de bem-estar social implementadas por muitos Estados, essa classe também passou a ter interesse por viagens de lazer. Consequentemente, ao adentrarem a sociedade do consumo, o proletariado se torna alvo de estratégias de mercado que popularizaram definitivamente o turismo. Esse movimento, inicialmente percebido na Inglaterra, logo se espalhou pelo continente europeu e para o restante do ocidente.

Percebe-se que a ideia de grupo está intimamente relacionada ao desenvolvimento do turismo moderno, desde sua concepção. Assim como, também as relações de mercado se fazem presentes na compreensão dessa atividade, desde o seu início. Ou seja, a organização de viagens na atualidade ocorre, em parcela significativa, orientada por relações comerciais a fim de atender uma grande quantidade de pessoas simultaneamente, constituindo-se assim

aquilo que conhecemos por turismo hegemônico ou tradicional. É importante frisar também, que o turismo reflete e corrobora com condições socioculturais das sociedades onde se desenvolve, sendo um elemento importante para apreciação de situações mais amplas. Como pontua Urry (2001, p. 17),

Ao refletir sobre os objetos típicos do olhar do turista, poderemos utilizá-los para entender aqueles elementos da sociedade mais ampla com os quais eles contrastam. Em outras palavras, levar em consideração como os grupos sociais constroem seu olhar turístico é uma boa maneira de perceber o que está acontecendo na “sociedade normal”. Podemos recorrer ao fato da diferença para interrogar o normal através da investigação das formas típicas de turismo. Assim, em vez de constituir um tema banal, o turismo é significativo em sua capacidade de revelar aspectos de práticas normais, que, caso contrário, poderiam permanecer opacas.

Em tempos de grande disseminação tecnológica, especialmente na comunicação virtual, percebe-se que as sociedades, em geral, estão vivenciando algumas mudanças que ainda estão em curso, mas já mostram suas direções. Uma delas, sem dúvidas, é o acesso mais democrático a informação e ao conhecimento. Novos espaços e plataformas de debates são criados propiciando a interação de pessoas e pensamentos que até então encontravam-se distantes e/ou isolados.

Nessa época de frequentes atualizações, as informações encontram-se dispersas nos mais diversos meios. Comunicação, artes e ciências passam a fazer parte de um emaranhado, no qual todos se interceptam e se complementam, divergem e convergem, caracterizando-se como elementos constituintes de uma forma mais abrangente, que é a cultura dos povos.

Dentro dessa conjuntura, classes e grupos sociais, que pouco eram ouvidos, passam a ter voz ativa, conjugando-se e divergindo a fim de ter uma maior participação e reconhecimento na estruturação da ordem global. Hoje em dia, é possível perceber e debater mais claramente os modos como o pensamento hegemônico se dissemina, sendo possível aprofundar as discussões sobre suas origens e conseqüências. Embora ainda estejamos longe de ter direcionamentos realmente democráticos, a ampliação dos espaços de debate já é um elemento importante nesse caminho.

Luzia Neide Coriolano (2013, p.134), debatendo a noção de desenvolvimento relacionada ao turismo, percebe algumas mudanças nesse sentido,

No limiar do século XXI emergem experiências em contraponto ao desenvolvimento globalizado, realçando o local, o conhecimento, as organizações cooperativas e participativas, como resistência ao global. Associações e empresas que se pautam em valores diferenciados para a promoção de outro desenvolvimento fundamentado na economia solidária, economia de comunhão e economia criativa, cooperativismo. Assim modelos alternativos de desenvolvimento minam o modelo hegemônico,

buscando sustentabilidade econômica associada à socioambiental, com compromisso e postura ética.

Evidentemente que são diversos fatores que convergem para que as dinâmicas sociais sofram alterações, mas, de modo geral, a ampliação do debate, o acesso a novas formas de pensar, antes, muitas vezes reclusas a academia ou a regiões específicas, e mesmo a aceitação de novas formas de produzir conhecimento, buscando encerrar velhas dicotomias clássicas da modernidade, são fundamentais para tais alterações.

2. O TURISMO E A PÓS-MODERNIDADE – AS FORMAS ALTERNATIVAS DE VIAJAR

As modificações estruturais referentes à sociedade, economia e tecnologia, em seu conjunto, podem ser designadas como características da sociedade pós-industrial para alguns autores e/ou pós-moderna para outros. Para embasar uma reflexão coerente sobre a condição do turismo nesse meio, cabe aqui a colocação de Urry (2001) versando sobre a pós-modernidade, a qual ele afirma designar um sistema de signos ou símbolos, específico no tempo e no espaço, sendo que tal termo não se aplica a toda sociedade, nem a uma esfera de atividade específica, mas, principalmente, a uma série de mudanças culturais vigentes na contemporaneidade.

Originada dentro do capitalismo liberal contemporâneo, a identidade pós-moderna revela-se centrada em torno do consumo, do lazer e da imagem. Numa sociedade em que a efemeridade é imperativa, o consumismo torna-se um ideal praticado pelos mais diversos grupos de acordo com seus variados contextos. E é dentro desse consumismo exacerbado, característico da contemporaneidade, que o lazer configura-se como um recurso essencial. Se, durante o período industrial havia uma separação nítida entre público e privado, entre cultura popular e elitizada, entre lar e local de trabalho, entre o tempo livre e o tempo de trabalho, e tantas outras dicotomias características desse período, verifica-se que, na pós-modernidade, a desdiferenciação torna-se o mote central, onde vários elementos constituintes das identidades pessoais e coletivas se interpenetram e se complementam, possibilitando que, de modo geral, as pessoas detenham maior atenção ao tempo de não-trabalho, que tende a aumentar, de acordo com as perspectivas contemporâneas.

No estágio atual de desenvolvimento tecnológico, juntamente com o crescimento vertiginoso da classe prestadora de serviços, a atuação humana tende a se limitar cada dia mais, às atividades intelectuais criativas, as quais aliadas aos meios de transmissão de informações, permitem maior flexibilidade quanto a tempo e espaço para serem executadas,

possibilitando uma reorganização das atividades sociais. Em paralelo a tal reorganização social do trabalho, o já citado acesso facilitado a diversos meios de comunicação, faz com que as informações se tornem abundantes e circulem em escala mundial, consequentemente, despertando atenção de pessoas das mais variadas culturas para o que acontece nos mais recônditos lugares.

Essa grande gama de opções do que ver e saber fez com que muitas pessoas passassem a se dar conta da grande heterogeneidade cultural, até então apenas imaginada.

Quando se fala em pós-moderno, seja na arte, na arquitetura, na cultura, no texto literário, na economia, na política ou na família, está se falando da aceitação da coexistência e da mistura de códigos e de mundos, do reconhecimento da heterogeneidade que existe na sociedade contemporânea; mas sobretudo de uma heterogeneidade que agora se quer reconhecida como legítima. No pós-modernismo, a pluralidade, o particular e o local contrapõem-se a ideias de unidade, de geral e de universal, que constituem o eixo do modernismo (Vaitsman, 1994, p. 43).

Se, na sociedade industrial, a massificação e a homogeneização foram o fio condutor da produção, agora, na pós-modernidade, após reconhecer a diversidade das opções possíveis, as pessoas buscam, cada vez mais, as diferenças, seus próprios arranjos, promovendo-se a si mesmas como únicas, não aceitando estar apenas imersas numa massa homogênea. Dessa nova necessidade de distinção, quando as pessoas, mesmo dentro de grupos afins, precisam ser percebidas diferentes, individualmente, e se encontram frente a uma infinidade de opções de escolhas, emana a subjetivação atual.

Assim, a valorização da imagem presente na sociedade contemporânea através dos meios de comunicação, um dos principais motrizes vigentes, atingiu escalas jamais verificadas em outros estágios da civilização humana.

Baudrillard (1995) afirma que, na contemporaneidade a produção de mercadorias foi substituída pela produção de signos e imagens, e ainda sugere que, na sociedade atual, as imagens e signos veiculados por meios comunicacionais massivos são o centro da organização da vida cotidiana, criando desejos em um tempo, extremamente volátil.

Esse “novo” modo de ser e estar no mundo, ou na sociedade, se reflete também na prática do turismo. Se até então o turismo tradicional, focado em grandes estruturas voltadas para o atendimento em massa, pautado apenas na distinção de grupos, ou seja, nos lugares que cada grupo frequenta, que tipo de transporte ou alojamento usam, etc, era preponderante, verifica-se um crescimento significativo de interesse por formas alternativas de turismo.

Evidente que modos alternativos de viagens sempre existiram, inclusive há algum tempo se discute a diferenciação entre viajantes e turistas. Os viajantes, no senso comum,

seriam aqueles que buscam experiências individualmente, que pouco ou nada recorrem às estruturas do mercado turístico, seja para planejar e organizar seus deslocamentos, seja para apoiá-lo durante suas estadias. Numa compreensão mais teórica, os viajantes são as pessoas que viajam por outros motivos, que não turísticos, como tripulações, migrantes, membros de corpos diplomáticos, entre outros. Já os turistas são aqueles “consumidores padrão” que, de forma organizada ou não, buscam os serviços oferecidos pelo *trade* para a consumação de suas viagens, que são, em grande parte, motivadas por lazer.

Porém, dentro de uma concepção mais ampla do turismo, esse tipo de discriminação não é cabível. Se consideramos o turismo como:

Combinação complexa de inter-relacionamentos entre a produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com base histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade e trocas de informações culturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico (Moesch, 2000, p.09).

Ou seja, apesar de os “viajantes” não buscarem, necessariamente, os equipamentos e serviços voltados especificamente para esse fim, não deixam de fazer parte do fenômeno turístico. Pois, utilizando ou não tais estruturas, promovem interações sociais e trocas culturais com as comunidades receptoras, causam impactos no ambiente físico, geram maiores ou menores intercâmbios econômicos, além de compartilharem experiências com outros viajantes/turistas antes, durante e/ou depois dos deslocamentos.

Assim, verifica-se que, paralelamente ao crescimento do turismo tradicional, tem-se observado também o desenvolvimento de formas alternativas de turismo, ou, mais comumente, chamado de turismo alternativo. Este se contrapõe ao primeiro, especialmente em dois aspectos, o da demanda – que procura produtos e destinos menos homogeneizados, valorizando as peculiaridades de cada local e, muitas vezes, uma interação mais próxima com as comunidades visitadas; e o da oferta – em que o turismo tradicional figura ancorado em equipamentos privados que, em geral, promovem uma reconfiguração dos territórios colocando a população nativa à margem dos espaços turistificados, enquanto nas formas alternativas de turismo, sendo muitas vezes a configuração territorial e cultural os próprios atrativos, procura-se mantê-las e valorizá-las do modo original.

Tal caracterização das atividades turísticas, sendo divididas entre alternativas e tradicionais, são resultantes de apreciações práticas das mudanças ocorridas nas sociedades, citadas anteriormente. Em decorrência dessas, concordamos com Swinglehurst (2001, p.111) quando ele afirma que “o cenário de férias tornou-se (...) um cadinho de classes sociais (...). A

nova classe dos viajantes estava mais próxima do nível social dos que a serviam, e isso também gerou um contato maior com a população nativa (residente) (...)” incentivando formas alternativas de prática turística.

Apesar de ser possível pontuar algumas distinções entre o turismo tradicional e o turismo alternativo, é importante esclarecer que um e outro seguem os mesmos princípios básicos. Exigem o deslocamento até o local de consumo, necessitam de equipamentos de transporte, alojamento e alimentação, envolvem impactos sociais, culturais, ambientais e econômicos. As diferenças residem na intensidade desses impactos, especialmente para a comunidade receptora, mas também para os visitantes.

Tem-se como exemplo de turismo alternativo, as iniciativas de Turismo de Base Comunitária (TBC) ou Turismo Comunitário (TC). Esse tipo de turismo destaca-se pela participação ativa da população autóctone, sendo explicado por Coriolano (2009, p. 282) da seguinte forma:

Assim, o turismo comunitário é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. Nele o turista é levado a interagir com o lugar e com as famílias residentes, seja de pescadores, ribeirinhos, pantaneiros ou de índios. Uma das primeiras ações que as comunidades realizam é a elaboração de um pacto interno com os próprios residentes em defesa de suas propriedades. Todos se comprometem com a preservação de suas terras, delas não se desfazendo, e aqueles que precisam de fato vendê-la submetem o negócio à apreciação da comunidade, que analisa quem é o comprador, verifica se este pode ser um parceiro, e como pode ser feita a parceria.

Outras formas alternativas de prática turística se relacionam a alguns projetos de ecoturismo, que é considerado oficialmente como

Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (Brasil, 2010, p. 17).

Além dessas, determinadas ações do que se conhece por turismo de experiência, dentre outras que podem ser elencadas como diferentes do padrão hegemônico são exemplos de turismo alternativo identificados no Brasil. Nesses casos, o que se observa é que, embora o modo de fazer entre o tradicional e o alternativo seja o mesmo, as estruturas e objetivos se diferenciam. Sendo que tais segmentos citados são considerados alternativos por conta de sua preocupação com o ambiente e a sociedade em detrimento do posicionamento mercadológico.

Enquanto no turismo tradicional se procura massivamente por hotéis de redes (ou não), ou pousadas, na prática do turismo alternativo se procuram por meios de hospedagem

onde haja uma maior aproximação com os anfitriões, ou com a natureza, sendo muito valorizados os *campings* e/ou as hospedagens domiciliares (pagas ou não). No turismo tradicional os turistas muitas vezes ainda se isolam em *resorts* ou ônibus de turismo, tem suas relações com a população autóctone mediadas por guias e muitas vezes restritas aos prestadores de serviços turísticos (recepcionistas, vendedores, garçons, taxistas, etc). Nas formas alternativas de turismo não existe uma mediação, se busca um contato direto e mais próximo com diversos atores locais, independentemente desses estarem relacionados ao *trade* turístico ou não.

Não se trata de opor uma forma de turismo a outra, valorizando “essa” em detrimento “daquela”, mas sim de propor reflexões sobre as intersecções e a possibilidade de uma poder beneficiar a outra. O desenvolvimento turístico, seguindo a lógica do desenvolvimento global, foi pautado por iniciativas neoliberais que viram nessa atividade uma oportunidade de dinamização econômica e acúmulo de capital, focando suas ações no mercado. Disso resultou uma exploração desigual, que fez com que muitos países e/ou regiões (dentro de um mesmo país) sofressem processos desiguais e, em muitos casos, exploratórios, visando apenas o viés econômico da atividade relegando a segundo plano os impactos sociais e culturais, sendo esses trazidos ao centro das discussões com a proposta do turismo responsável.

3. PLANEJAMENTO E TURISMO RESPONSÁVEL

Apesar das ideias sobre desenvolvimento estarem muito arraigadas ao crescimento econômico, nota-se que por volta da década de setenta do século passado, o elemento humano passa a ser considerado com maior ênfase nas teorias do desenvolvimento. Boisier (2001, p.5) aponta que essas passam a ser vistas como “um conceito complexo, profundamente axiológico, multidimensional, construtivista, qualitativo em sua essência e conseqüentemente intangível”¹. Fica assim registrada a distinção entre crescimento e desenvolvimento, considerando o último em toda sua complexidade e abrangência, levando-se em conta os aspectos qualitativos e intangíveis que até então ficavam a sombra de metas quantitativas.

A fim de explicitar as ideias encerradas no conceito de desenvolvimento, de um modo mais prático, a Organização das Nações Unidas [ONU] propõe cinco dimensões para o desenvolvimento: a paz, o crescimento econômico, o ambiente, a justiça social e a democracia. Esses são descritos por Boisier (*apud* Matos & Rovella, 2010, p. 4) da seguinte maneira:

¹ Tradução da autora

1) Paz como pilar: A aproximação tradicional ao desenvolvimento pressupõe que este ocorre sob circunstâncias da paz. O desenvolvimento não pode prosseguir facilmente em sociedades onde os interesses militares estão no centro da vida; 2) A economia como o motor do progresso: O crescimento econômico é o motor do desenvolvimento. Acelerar a taxa do crescimento econômico é uma condição para expandir a base de recursos econômicos, tecnológicos e de transformação social... não é suficiente, entretanto, perseguir o crescimento econômico por si só; 3) O ambiente como uma base para a sustentabilidade. O desenvolvimento e o ambiente não são conceitos separados, nem pode haver sucesso em um, sem que o mesmo ocorra com o outro; 4) Justiça como um pilar da sociedade: O desenvolvimento não ocorre em um vácuo, nem é construído em cima de uma fundação abstrata. O desenvolvimento ocorre dentro de um contexto social específico e em resposta às circunstâncias sociais específicas... O povo é o principal recurso de um país e seu bem estar define o desenvolvimento; 5) Democracia na governança: A ligação entre o desenvolvimento e a democracia é intuitiva, por isso seu reflexo é difícil de elucidar... No contexto do desenvolvimento, a boa governança tem diversos reflexos. Entre seus projetos deve estar a perseguição de uma estratégia nacional voltada para o desenvolvimento. Projetos que assegurem a capacidade, a confiabilidade e a integridade das instituições do núcleo do estado moderno.

Como pode-se notar, o desenvolvimento só ocorre quando há uma correlação entre diversos elementos que devem ser pensados e articulados conjuntamente, o que infelizmente não pode ser verificado na grande maioria dos destinos turísticos tradicionais. Os pressupostos sugeridos pela ONU indicam que um ambiente mais humanizado é mais propício ao desenvolvimento. Ao indicar que o crescimento econômico é fundamental para o desenvolvimento, foi pontuado que, no entanto, esse deve ser planejado e perseguido de modo harmonizado com elementos como justiça social, democracia, preservação ambiental e paz.

Ou seja, buscou-se evidenciar o protagonismo das relações humanas num ambiente em que muitas vezes prevalece apenas os interesses financeiros. Situação essa, infelizmente, muito característica no mercado turístico em geral, onde muitas vezes os limites ambientais e sociais são menosprezados em detrimento dos lucros de grandes investidores externos, muito comum em destinos massificados. Marta Irving (2015, p. 52) descreve tal situação, apontando que ainda hoje o turismo é tido como atividade economicista, não apenas no senso comum, mas também entre acadêmicos, resumindo que muitas vezes essa atividade é vista como:

[...] um deslocamento quase que automatizado de pessoas sem vontade própria, entre um ponto e outro do globo. Ou apenas um movimento “sem rosto e sem alma”, induzido e intermediado por agências e operadoras, ávidas em aumentar suas margens de lucro [...]

Nesse sentido, as localidades onde se pratica o turismo alternativo podem vir a ter um desenvolvimento turístico mais adequado em um sentido holístico. Porém, é possível refletir sobre iniciativas adotadas nas experiências de turismo alternativo que podem ser devidamente

adequadas para a realidade de destinos tradicionais, a fim de que o turismo seja um vetor real de desenvolvimento local, e não apenas um instrumento de crescimento econômico.

Para isso, é necessário realizar um planejamento apropriado, levando-se em consideração os anseios e necessidades de todos envolvidos no processo, buscando meios de valorizar os elementos citados acima (democracia, justiça social, preservação ambiental, crescimento econômico, e paz) durante sua idealização. O planejamento, em sua perspectiva mais ampla, pode ser entendido como a definição da direção a ser seguida e os passos necessários para que se caminhe em tal direção. Barreto (2012, p.12) o explica da seguinte maneira:

O planejamento é uma atividade, não é algo estático, é um dever, um acontecer de muitos fatores concomitantes, que têm de ser coordenados para se alcançar um objetivo que está em outro tempo. Sendo um processo dinâmico, é lícita a permanente revisão, a correção de rumos, pois exige um repensar constante, mesmo após a concretização dos objetivos.

Tendo em vista os objetivos que se pretende atingir por meio da atividade turística, pode-se vislumbrar alguns planos e ações voltados para tais fins, sendo justamente dessas relações entre meios e objetivos é que se trata o planejamento. Porém, no caso do turismo, especificamente, não se pode negligenciar a visão holística, tão cara as atividades componentes desse setor. O planejamento harmônico do desenvolvimento turístico com práticas econômicas, culturais, sociais, entre outras, é a base fundamental para a sustentabilidade da atividade e da localidade como um todo.

No contexto atual é possível afirmar que, infelizmente, no Brasil ainda são poucos destinos que tem a atividade turística planejada de modo consciente e profissional antes do início de sua comercialização massiva. Essa falta de planejamento adequado faz com que, em muitos casos, o turismo seja visto negativamente quando consideradas suas relações ambientais (sociedade, cultura, ecologia, economia). Por isso, muitas vezes ainda, a atividade serve apenas como instrumento de crescimento econômico e não de desenvolvimento local, como se espera.

Desse modo, é fundamental que nos locais onde é possível desenvolver planos e projetos para o desenvolvimento turístico, esses sejam traçados com foco na sustentabilidade da atividade e, conseqüentemente, das demais áreas e atividades a ela articuladas. É importante pontuar que o desenvolvimento sustentável do turismo “é aquele que atende às necessidades dos turistas atuais, sem comprometer a possibilidade do usufruto dos recursos pelas gerações futuras” (World Commission of Environment and Development, 1987).

Apesar de largamente utilizado, o conceito de sustentabilidade vem sofrendo diversas críticas por conta de sua abrangência. Se, por um lado, concordamos que não é possível oferecer uma fórmula padrão de como cada localidade deve se adequar afim de proteger os recursos atuais para que sejam passíveis de uso pelas gerações futuras, por outro, a falta de referências práticas, pode acabar esvaziando tal conceito. Além disso, a falta de disseminação de informações concretas sobre o tema faz com que muitos gestores sequer saibam quais recursos turísticos são passíveis de atenção com fins de sustentabilidade da atividade, dificultando sua aplicabilidade.

Concomitantemente, o uso indiscriminado dos termos sustentável/sustentabilidade em meio ao senso comum, em nível global, tendo como foco principal os recursos ambientais, fez com que as demais esferas carentes de atenção, especialmente nas relações turísticas, ficassem relegadas a segundo plano. Nesse sentido, alguns estudiosos passam a buscar novos termos, que dessem conta de abranger, indistintamente, aqueles recursos que são fundamentais para o desenvolvimento e a manutenção das atividades turísticas de modo harmônico entre visitantes, visitados e ambiente. Nesse contexto, surge como opção, as ideias agrupadas na definição do turismo responsável.

O Turismo Responsável tem como característica principal o enfoque na participação efetiva do turismo nas comunidades envolvidas, quaisquer que sejam as suas características socioculturais ou localização geográfica. O que é apregoado é um elo de ligação entre os atores inseridos no processo, onde exista um equilíbrio amplo e irrestrito de benefícios e responsabilidades, gerando assim uma atmosfera favorável às parcerias e a participação da comunidade no desenvolvimento turístico (Oliveira & Fontana, 2006, p. 05).

Na acepção do turismo responsável, nota-se um enfoque primordial nas relações sociais desenvolvidas durante a experiência turística, tendo como ponto central “o equilíbrio amplo e irrestrito de benefícios e responsabilidades”. Desse modo, tanto visitantes quanto visitados são chamados à reflexão sobre suas ações no processo turístico e às consequências das mesmas. A OMT (Organização Mundial do Turismo) criou, ainda em 2003, um manual do turista responsável, sugerindo práticas adequadas para os viajantes que tem consciência de seu papel e de sua influência durante as escolhas e práticas turísticas.

Há que se ressaltar, no entanto, que, apesar do enfoque dado às relações sociais, a preocupação com o ambiente não é minimizada. Essa pode ser entendida como consequência das responsabilidades atribuídas tanto à comunidade local quanto aos turistas, pois sem a conscientização de que ambos os grupos de pessoas são partes ativas no processo, não é possível preservar os recursos ambientais. Harold Goodwin (2015), uma das principais

referências na área, pontua que sustentabilidade e responsabilidade no turismo se diferem especialmente no que se refere a concretização e temporalidade das ações previstas. Segundo o autor, a sustentabilidade é um conceito mais abstrato, voltado a gerações futuras. Já o turismo responsável é focado em melhorar as condições de vida nas localidades turísticas no presente, por meio de ações concretas de aproximação entre visitantes e visitados e “modelos” a serem adotados por gestores públicos e privados.

Sendo assim, percebe-se que iniciativas, por exemplo, de buscar uma aproximação com a cultura visitada, tem despertado interesse também dentre os praticantes do turismo tradicional. Hotéis de luxo em diversos países oferecem opções de atividades como reciclagem de lixo, auxílio em cozinhas comunitárias, limpeza de jardins, entre outras que são desenvolvidas junto à comunidade anfitriã enquanto os hóspedes pagam diárias entre U\$400,00 e U\$500,00 para usufruir das acomodações e ter acesso a esse tipo de atividades (Jafari, 2010). Esse exemplo demonstra como elementos do turismo alternativo podem ser devidamente contextualizados junto a práticas do turismo tradicional.

O equívoco, porém, acontece porque tais práticas são isoladas, muitas vezes destituídas de significados mais aprofundados. Como dito anteriormente, vivemos numa época da imagem, em que as redes sociais estão aí como uma espécie de “vigilância coletiva” onde atitudes positivas são valorizadas por meio de suas representações virtuais. Daí, muitas vezes, o interesse de se aproximar de povos ou comunidades exóticas para aquele público, com a finalidade primordial de se mostrar para seus “seguidores”. De nada adianta fazer uma “ação social”, sem se preocupar com o nível de poluição gerado pelos transportes ou alojamentos utilizados. Por isso, as práticas isoladas não geram os resultados mais amplos esperados.

Daí a necessidade de se considerar o desenvolvimento em seu sentido macro, buscando entender a atividade turística realmente como um sistema, em que o todo é maior que a soma das partes. E também, focar em planejamento turístico, tanto em destinos potenciais, quanto naqueles já consolidados. Buscar ouvir e, acatar, atores locais de diversas instâncias, mesmo aqueles que não estão diretamente envolvidos com o mercado turístico, é fundamental para o turismo ter potencial para ser um dos vetores do desenvolvimento do local, além de fazer parte do rol de ações previstas dentro de um planejamento turístico responsável.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi exposto anteriormente, não se trata de contrapor a forma tradicional a forma alternativa de turismo. Tanto uma como a outra tende a manter um crescimento acentuado. As formas alternativas de turismo não irão substituir a forma tradicional, tampouco deixarão de existir. Porém, é interessante notar que se tais formas alternativas tem ganhado mercado, é justamente porque cada vez mais pessoas não estão se sentindo contempladas pelo mercado tradicional.

Nesse sentido, seria interessante considerar que ações voltadas a redução de impactos ecológicos, sociais e culturais, embora muitas vezes representem custos adicionais (não exclusivamente financeiros), devem ser consideradas no processo de planejamento, visando não apenas a sustentabilidade do destino, mas também da demanda. É válido ressaltar ainda, que não existe uma fórmula certa para o desenvolvimento do turismo responsável, uma vez que cada destino, assim como cada sociedade, são únicos e devem ser considerados em suas especificidades.

O que deve ser feito é a criação de indicadores para que destinos e equipamentos possam ser orientados para tal fim. Assim como devem ser pensadas políticas públicas, nacionais e estaduais, com intuito de valorizar as ações voltadas para uma prática turística mais saudável. As formas alternativas de turismo tem muitas iniciativas que podem ser adaptadas ao turismo tradicional, a fim de que este diminua seus impactos negativos, possibilitando que ambas formas de turismo coexistam harmonicamente de acordo com a realidade de cada localidade.

É importante considerar que o planejamento turístico com base nos preceitos tanto da sustentabilidade quanto da responsabilidade, deve ter como objetivo o desenvolvimento do turismo como instrumento de transformação social. Em proporções individuais ou coletivas, as experiências de trocas culturais, interações sociais e ambientais e, também, o consequente efeito econômico devem ser estruturado adequadamente para que a atividade atinja todo seu potencial.

Priorizando-se ações de valorização da cultura autóctone (incluindo a produção local dos mais diversos produtos e matérias-primas), de interações sociais (trocas de experiências) e de preservação ambiental, entre outros, a atividade turística pode beneficiar não apenas a comunidade local, mas também os visitantes que poderão usufruir de uma experiência realmente diferenciada, possibilitando novas ponderações sobre as sociedades atuais.

Ao possibilitar o contato com ambientes, culturas e pessoas diferentes das quais nos relacionamos habitualmente, o turismo apresenta um grande potencial para ser um instrumento de transformação social ao promover relações “práticas” que podem vir a fomentar o aumento de conhecimento e reflexões críticas por parte de todos envolvidos no processo. Porém, como é sabido, para isso há que se conjugar ações de diversas esferas, como educação, desenvolvimento social, segurança, entre outras, a fim de se prover um ambiente favorável a tais desdobramentos.

Por fim, vale pontuar ainda que um planejamento que vise um turismo realmente responsável, deve prever ações de discussão sobre a participação de pessoas de classes sociais menos favorecidas, políticas de inclusão étnico racial e de gênero, prever a acessibilidade de pessoas com deficiências (as mais variadas) tanto como consumidores, quanto como produtores da oferta turística. Desse modo, a atividade poderá chegar a patamares mais próximos de sua potencialidade cultural, social, e também mercadológica, pois a inclusão de mais produtores e consumidores abre possibilidades para expandir as relações socioculturais, e também de se atender, e mesmo criar, novos nichos de mercado para um setor que tem que se reinventar continuamente.

REFERÊNCIAS

- Barreto, M. (2002). *Planejamento e organização em turismo*. (7a ed.). Campinas: Papirus.
- Baudrillard, J. (1995). *Para uma crítica da economia política do signo*. Lisboa: Edições 70.
- Boisier, S. (2001). Desarrollo (Local): De que estamos hablando? *Anais da Transformaciones globales, instituciones y políticas de desarrollo local*. Rosário: Editoria Homo Sapiens.
- Boyer, M. (2003). *A história do turismo de massa*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC.
- Brasil (2010). Ministério do Turismo. *Ecoturismo: orientações básicas*. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. (2a ed.). – Brasília: Ministério do Turismo.
- Coriolano, L. N. (2009). O turismo comunitário no nordeste brasileiro. *Anais de Bartholo, Roberto; Sansolo, Davis Gruber & Bursztyn, Ivan (orgs)*. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Editora Letra e imagem.
- Coriolano, L. N. (2013). Lazer e turismo para o desenvolvimento na escala humana. *Revista Lusófona de Estudos Culturais | Lusophone Journal of Cultural Studies*, (2), 127-142.
- Goodwin, H. (2015). *Biggest ever longlist for world responsible tourism awards announced*. Recuperado em 10 julho, 2015, de <http://haroldgoodwin.info/blog/>.

Irving, M. A. (2015). Turismo, áreas protegidas e inclusão social: uma triangulação necessária em planejamento, no caso brasileiro. *Anais de M. Irving, Marta; Rodrigues, Camila Gonçalves de Oliveira; Rabinovici, Andrea & Costa, Helena Araújo. (orgs).* Turismo, áreas protegidas e inclusão social: Diálogos entre saberes e fazeres. – Rio de Janeiro. Folio Digital: Letra e Imagem.

Jafari, J. (2010). Prefácio. *Anais de Panosso Netto, Alexandre e Gaeta, Cecília (orgs).* Turismo de Experiência. – São Paulo: SENAC.

Matos, R., & Rovella, S. (2010). Do crescimento econômico ao Desenvolvimento Sustentável: Conceitos em evolução. *Anais da Administração e ciências contábeis*, 6(3), SP. Recuperado em 29 de julho, 2015, de <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-cc-adm/pdf/n3/DO-CRESCIMENTO-ECONOMICO-AO-DESENVOLVIMENTO-SUSTENTAVEL-CONCEITOS-EM-EVOLUCAO.pdf>

Moesch, M.(2000). *A produção do saber turístico*. SP: Contexto.

Oliveira, S., & Fontana, R. (2006). *Turismo Responsável: uma alternativa ao turismo sustentável?* Trabalho apresentado ao GT2 “Abordagem Histórico – Crítica do Turismo” do 4º Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL. Caxias do Sul.

Urry, J. (2001). *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura – (3a ed.). (Coleção Megalópolis). São Paulo: Studio Nobel, SESC

Vaitsman, J. (1994). *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco.

World Comission of Environment and Development (1987). *Our common future*. Oxford, Oxford University Press.